



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2024 a 30/06/2024

Assunto: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/15

106.2024	Sessão Ordinária - CD	04/06/2024-14:04
Publ.: DCD - 05/06/2024	Mauricio Marcon-PODE -RS	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado lamentou a falta de ação do Governo Federal diante da catástrofe climática no Rio Grande do Sul, criticando o Presidente Lula por priorizar medidas desfavoráveis ao Estado. Condenou a decisão do Governo de comprar arroz, prejudicando a economia local e a arrecadação tributária de ICMS pelo Estado. Argumentou que, em vez disso, os 7 bilhões de reais destinados à compra de arroz deveriam ser usados para salvar empregos, como sugeriu o Governador Eduardo Leite. Ademais, elogiou o ex-Ministro Paulo Guedes pelo programa de manutenção de emprego e renda, criado durante a pandemia. Ao final, fez um apelo para que o Governo Federal proteja os empregos e a agricultura no Rio Grande do Sul.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODE - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto Nascimento.

Há um ditado, Presidente, que resume bem a situação do Rio Grande do Sul: *"Muito ajuda quem não atrapalha"*.

O Rio Grande do Sul, como é sabido por todo o povo brasileiro, atravessa momentos inimagináveis por causa de um desastre natural. Se fôssemos um país em que a Presidência tivesse compromisso com o seu povo, teríamos certamente o Presidente auxiliando para que os estragos do nosso Estado pudessem ser minimizados. Não é o que vemos, neste momento, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lula, que gastou muito e muito tempo tentando convencer Parlamentares a manter seu veto para que marginais saíssem da cadeia e que, basicamente, esquece o Estado do Rio Grande do Sul, agora faz uma medida que vai destruir os agricultores que plantam arroz no nosso Estado. E não é só isso. Hoje, a *Cruzeiro* traz uma informação de que a compra de arroz, que deve ser na cifra de 7 bilhões de reais, deve tirar do Estado do Rio Grande do Sul cerca de meio



bilhão de reais de ICMS. É uma compra de arroz, Sr. Presidente, desnecessária.

Como já foi dito pelos agricultores, a safra, quase em sua totalidade, já havia sido colhida. Por que o Estado brasileiro quer destruir o que sobrou do Rio Grande do Sul? Qual é a intenção dele? É se vingar, porque Lula levou uma sova eleitoral no Rio Grande do Sul? Só pode ser isso, não faz sentido!

O Governador Eduardo Leite, por quem eu não nutro nenhum apreço, fez ontem um pedido inteligente ao Governo Federal: que se apliquem esses 7 bilhões de reais para salvar empregos no Estado do Rio Grande do Sul.

Não precisa mais inventar a roda, Presidente. Paulo Guedes, o melhor Ministro da Economia que este País já teve, em meio à pandemia, criou um programa de manutenção de emprego e renda que funcionava assim: o Governo assegurava parte dos salários, e a empresa se comprometia a não demitir os trabalhadores. Qualquer pessoa minimamente entendida — não precisa ser um gênio da economia — sabe que isso vai garantir emprego e, principalmente, renda, que vai movimentar a economia. No entanto, o nosso Governo, chefiado por uma pessoa que já dispensa comentários, prefere destruir o que sobrou do Estado: a agricultura, os empregos que lá continuam a existir, até que as empresas fechem as portas.

Fica o pedido aqui, Sr. Presidente, de um gaúcho que recebe dezenas de mensagens de agricultores, empresários e empregados com medo de perder os seus empregos: que o Governo pegue este dinheiro que vai atochar comprando e distribuindo arroz, que não precisa... E quero acreditar que este dinheiro não seja para outros fins que não posso citar aqui no microfone. Aliás, há Ministro envolvido em suposto caso de desvio de recursos, com rolo com arroz. Que o Estado brasileiro, o Executivo Federal, faça um esforço verdadeiro para salvaguardar os empregos gaúchos e para manter o homem no campo plantando arroz e outras coisas.

Se não quer ajudar, Presidente, que pelo menos não atrapalhe!

Muito obrigado, Presidente Gilberto.

Documento 2/15

106.2024	Sessão Ordinária - CD	04/06/2024-16:12
Publ.: DCD - 05/06/2024	Giovani Cherini-PL -RS	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a abordagem do Governo em questões climáticas e



comparou a situação com as medidas da pandemia de COVID-19, que ele considera terem sido ineficazes e prejudiciais. Argumentou que a ênfase no aquecimento global e na agricultura de baixo carbono prejudica os agricultores, especialmente no Rio Grande do Sul. Afirmou que a transição energética deveria ser uma prioridade para países como Europa e EUA, e defendeu o apoio aos agricultores e empresários brasileiros como essencial para a preservação do meio ambiente e a segurança alimentar.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, para chegar aqui e estar no meu oitavo mandato, precisei estudar, precisei me preparar, e uma das minhas especialidades foi em saúde pública e meio ambiente.

O que nós estamos vendo hoje, com essa discussão sobre clima, é muito parecido com aquela discussão que tivemos aqui sobre a COVID. Todo mundo vinha aqui dizer que a solução era máscara, vacina e *lockdown*. Estive aqui dizendo que eu não concordava com muitas dessas coisas. Mas eu era o negacionista, eu era um daqueles que eram cortados das redes sociais. Hoje, o que nós sabemos? Que a máscara não serviu para nada, que a vacina tem um efeito colateral terrível e que o *lockdown* serviu para quebrar as pessoas. Isso tudo era aquilo que eu e o próprio Presidente Bolsonaro dizíamos.

Agora estamos diante de uma outra discussão em que só se escuta um tal de INPE, o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos. Dizem, primeiro, que há aquecimento global. Aí fazem um teste, 70 graus positivos para cá, 70 graus negativos para lá, dizem que o nível do mar subiu 9 centímetros em 30 anos, e todo mundo tem que engolir. E a imprensa oficial fica divulgando isso o tempo todo.

Agora é a agricultura de baixo carbono, e o agricultor é a vítima. Aliás, o agricultor gaúcho é vítima de um interventor federal que chegou lá no Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta. A agricultura gaúcha é vítima deste Governo Lula, irresponsável, que até agora não deu uma solução para o agricultor do Rio Grande do Sul, até agora não deu uma solução em relação ao emprego no caso das empresas que ficaram debaixo d'água! Só conversa! Muita palha e pouco fogo! Reunião, isso a Esquerda sabe muito fazer. Fazer reunião da reunião para marcar outra reunião.

Mas eles querem discutir essas questões sobre aquecimento global. Botaram 1,3 bilhão de reais de Itaipu na COP 30 para discutir o quê? Transição energética. No Brasil, 83% da energia é limpa. Quem tem que discutir transição energética é a Europa, são os Estados Unidos, não é o Brasil!

Nós precisamos sim nos levantar a favor de quem produz alimento, porque o alimento, sim, é preservação do meio ambiente. Se o ser humano ficar sem comida, não adianta existir árvore bonita, floresta bonita e Cerrado preservado, as pessoas vão morrer de fome.



Por isso, amanhã, a minha homenagem ao meio ambiente é uma homenagem ao agricultor brasileiro, ao empresário brasileiro, que gera emprego, de que, infelizmente, a Esquerda não gosta. Gosta de pobre, para usar da pobreza todos os dias.

Muito obrigado.

Documento 3/15

109.2024	Sessão Ordinária - CD	05/06/2024-15:20
Publ.: DCD - 06/06/2024	Giovani Cherini-PL -RS	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou o Dia Mundial do Meio Ambiente, ressaltando a importância da liberdade. Defendeu a necessidade de desafiar as narrativas da esquerda e da mídia que culpam os agricultores pelas mudanças climáticas, citando uma enchente em Porto Alegre (RS), em 1941, como exemplo de eventos climáticos anteriores. Comparou essa situação com as narrativas da COVID-19, argumentando que muitas ideias foram vendidas sem embasamento sólido e acabaram se mostrando inadequadas, prevendo que o mesmo ocorrerá com as questões climáticas.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente. Neste dia, para mim, a palavra mais importante é liberdade.

Nós precisamos ter liberdade para desmanchar as narrativas da Esquerda e de órgãos da mídia brasileira de querer culpar o agricultor pela questão das mudanças climáticas. Por favor! Em 1941, há 83 anos, houve uma enchente igual a essa em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Havia aquecimento global? Havia mudanças climáticas?

Estão fazendo as mesmas narrativas que fizeram na COVID. Venderam a ideia da máscara, venderam a ideia da vacina, venderam a ideia do *lockdown*. O que deu? Tudo narrativa, e agora caiu tudo por terra. A mesma coisa vai acontecer na questão do clima.

Documento 4/15

109.2024	Sessão Ordinária - CD	05/06/2024-15:28
----------	-----------------------	------------------



Publ.: DCD - 06/06/2024 Osmar Terra-MDB -RS

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou na Comissão de Saúde a condução da pandemia e a obrigatoriedade da vacinação contra a XBB, variante da ômicron. Questionou a eficácia e a necessidade das vacinas, mencionando declarações de Anthony Fauci, que praticamente ditava as regras da pandemia para o mundo a partir do Ministério da Saúde dos Estados Unidos, sobre a falta de evidências científicas para medidas como o distanciamento social e o uso de máscaras. Alegou que a vacinação durante a pandemia foi inútil e destacou riscos como miocardite em crianças vacinadas. Pediu um debate para avaliar as decisões tomadas, acusando o Ministério da Saúde e a OMS de desinformação e favorecimento aos laboratórios.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu fiz uma manifestação na Comissão de Saúde, que eu queria repetir aqui, sobre um assunto que é deveras preocupante.

Fala-se muito em ciência, mas tudo o que nós dizíamos que era científico os "ditos cientistas", entre aspas, negavam. E se fez uma condução da pandemia de uma maneira trágica, o que, ao invés de salvar vidas, piorou a vida de todo mundo e não salvou nenhuma vida.

O Sr. Anthony Fauci, que praticamente ditava as regras da pandemia para o mundo a partir do Ministério da Saúde dos Estados Unidos, reconheceu, numa comissão do Congresso americano, que não tinha critério científico para estabelecer a distância entre as pessoas, que deu um chute, na verdade, de 1 metro e 80 centímetros, que foi uma das bases do confinamento, do isolamento das pessoas para não haver contágio, e que não tinha provas de que a máscara funcionava. Ele disse, inclusive num *e-mail*, que a máscara comprada na farmácia não impedia contágio. E por aí vai.

Agora, eu vejo, Deputado Ramagem, a Secretaria de Saúde do Município do Rio de Janeiro convocando o pessoal para se vacinar contra a XBB, variante da ômicron, que é uma cepa do vírus da COVID, uma cepa relativamente benigna, que contamina muito rápido, mas que tem variantes. E cada variante tem uma vida. Ela aumenta o contágio, diminui e desaparece. Aí vem outra no lugar. É uma corrida de revezamento. Mas é uma quantidade pequena de pessoas hoje, porque a maioria da população está imunizada ao natural já. Todo mundo já pegou esse vírus, 84% da população já pegou.

Eles colocaram lá vacina contra COVID XBB para criança, que é obrigatória, porque eles ameaçam tirar a criança da escola. Eu procurei na pesquisa de



genômica da FIOCRUZ, que mapeia as variantes circulantes, e a XBB não existe mais desde janeiro. Desde janeiro, não existe mais. Eles estão obrigando, agora em junho, as crianças a se vacinarem contra uma variante do vírus que não existe mais e não existirá mais. Não volta mais. Elas desaparecem, e vem outra no lugar.

Quem é que está ganhando com isso? É o laboratório. Não há ganho para a saúde pública. O Ministério não dá explicação nenhuma. Esse Ministério, que é administrado por uma Ministra que já foi Presidente da FIOCRUZ, tem na sua conta o sumiço da vacina AstraZeneca. Cadê a AstraZeneca? Cadê a Janssen? Onde estão? A Coronavac, ninguém mais fala. Agora é só a vacina da Pfizer. E uma das porta-vozes da FIOCRUZ é do birô da Pfizer. Uma pessoa famosa aí, que fala sempre que tem que vacinar todo mundo, que é um absurdo que os negacionistas não querem...

Não se vacina durante uma pandemia porque não dá tempo de desenvolver a vacina. E quando se desenvolve, vem uma cepa nova, já não adianta mais. Foi isso que aconteceu. Nós tivemos uma vacinação inútil. E o que prevaleceu, o que fez a pandemia reduzir foi a imunidade natural. Mais um crime contra as crianças na questão da COVID. Essa vacina não tem efeito nenhum e há risco de dar miocardite e pericardite, que só acontece em crianças vacinadas hoje. Nos últimos meses e anos, no último ano, só ocorreu praticamente em criança vacinada.

Nós vamos ter que fazer uma avaliação, nós vamos ter que fazer um grande debate aqui para avaliar o que aconteceu. Deixaram as crianças 2 anos sem aulas. Onde é que está a ciência disso? Não existe em lugar nenhum do mundo, nunca houve, numa pandemia, se suspenderem as aulas por 2 anos, manterem as pessoas confinadas em casa, enquanto uma parte tinha que sair para trabalhar, voltava e contaminava todo mundo. Essa era a ciência do Ministério da Saúde, inclusive da Organização Mundial de Saúde, que é comandada por um marxista-leninista, da Frente Popular de Libertação do Tigré. Eu não sei se vocês sabem disso. A história dele na área da saúde é muito limitada. Ele foi Ministro da Saúde, e depois Ministro de Relações Exteriores da ditadura maoísta da Etiópia.

Então, é assim que nós estamos conduzindo a saúde no mundo e no Brasil. Ninguém discute, ninguém mostra evidências, e, 4 anos passados, já há bastante evidências dizendo que nós fomos enganados, que a população foi enganada e que só deu dinheiro para o laboratório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Sumário

O Deputado criticou as narrativas da Esquerda e de alguns meios de comunicação sobre questões climáticas, comparando-as com as ações tomadas durante a pandemia de COVID-19. Ele argumentou que muitas das medidas adotadas na pandemia, como o uso de máscaras e o lockdown, foram ineficazes e baseadas em medo. Defendeu o agronegócio, afirmando que tanto pequenos quanto grandes agricultores utilizam agrotóxicos de forma responsável. Sugeriu que as narrativas atuais sobre mudanças climáticas também estão sendo usadas para causar medo e promover interesses específicos. Para resolver problemas como as enchentes no Rio Grande do Sul, ele propôs soluções práticas como a dragagem dos rios. Concluiu defendendo a liberdade de debate e a importância do agricultor na preservação da natureza e produção de alimentos.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, as narrativas do PT, as narrativas da Esquerda, as narrativas de alguns grupos de comunicação pagos dizem as mesmas coisas agora, nessa questão climática, que diziam na pandemia de COVID.

Na época da pandemia de COVID, eles diziam: "*Use máscara*". A CNN disse: "*Estudo questiona o uso de máscaras contra a Covid-19 e provoca polêmica*". A máscara não serviu para nada. A coluna Mundialista e vários jornais divulgaram: "*A 'vacina que não deu certo': fabricante retira imunizante de circulação*". Ela foi retirada porque causa miocardite, trombose, ataque cardíaco. *Gazeta do Povo*: "*OMS agora é enfática em não recomendar máscaras generalizadas para doenças como a Covid*".

Sobre o *lockdown*... Aliás, quem mandou fazer o *lockdown*, que eles vinham aqui e enchiam a boca para dizer, foram os negacionistas da ciência.

Pois é, o Anthony Fauci, aquele que disse que era para fazer distanciamento social — nem aqui, nem na China, nem em qualquer lugar do mundo se isola vírus —, disse lá no Congresso dos Estados Unidos que o distanciamento social era para gerar medo na cabeça da população, medo e mais medo. Iam para as praças, iam para as praias, dizer para as pessoas não irem para o mar porque iam morrer de COVID! Que desastre fizeram neste País! E foram os mesmos que fizeram o desastre na COVID. Falavam mal do Bolsonaro e agora estão aqui enchendo a boca dizendo que a ciência culpa o agronegócio.

Há pouco, eu ouvi aqui falar dos agrotóxicos, como se o pequeno agricultor não os usasse. Agrotóxico é como remédio. O remédio também é veneno, dependendo da dose. O agrotóxico também é veneno, dependendo da dose. O pequeno agricultor, no Brasil inteiro, usa agrotóxico. Então, não me venha aqui



se fazer de santinho.

Mudanças climáticas ou guerra do clima? Primeiro, o boi era o culpado. O respiro do boi causava o problema do aquecimento global. Depois, foi o leite. Tudo narrativas e mais narrativas. E houve o problema da carne. Todos eles estão vinculados à indústria que vende trator elétrico, colheitadeira elétrica, carne sintética.

Aliás, por que eles não comem carne sintética? Por que eles não bebem leite sintético? Porque alguém tem que produzir alimento. Será que vai haver um prato para a Esquerda e outro prato para a Direita? O agronegócio produz para a Direita, e os pequenos agricultores, para a Esquerda? O MST produz para a Esquerda? Não! O agricultor é o mesmo.

O que essas narrativas têm em comum? No passado recente, falava-se em obrigatoriedade de vacinação. As pessoas não podiam ir a eventos sem estarem vacinadas, as pessoas tinham que usar aquela máscara terrível, vergonhosa, que não serviu para nada, as pessoas tinham que fechar o comércio — era o *lockdown*. Agora se está provando que nada disso era verdade.

Será que nessa questão do clima eles não estão fazendo a mesma coisa, ou seja, levando medo para a população, para colocar os seus interesses no meio disso? Que ciência é essa?

Aliás, no Rio Grande do Sul, o problema é fácil de resolver. Em 1941, houve uma enchente como a deste ano. Em 1972, foi feita a drenagem do Rio Guaíba, do Rio Jacuí, do Rio Caí, do Rio Taquari, e não houve mais enchente. O Ministério Público do Rio Grande do Sul e a FEPAM — Federação Estadual de Proteção Ambiental proibiram a retirada de areia de rios. Aí veio a enchente. Qualquer chuva faz a água do rio subir. O que é preciso fazer? A dragagem dos rios. É simples. Há 83 anos houve outra enchente como essa de agora. Haverá outras enchentes, mas não culpem o agricultor, não inventem narrativas. Se culparem o agricultor, nós ficaremos sem alimentos. A farsa do aquecimento global já foi para baixo e vai vir a farsa do clima.

Eu quero ter liberdade para discutir nesta Casa. Eles vão ao outro microfone e dizem: "*Esses negacionistas!*". Vamos lá, vamos debater! Que cientistas V.Exas. ouviram, no caso da COVID? Foi esse cientista que mandou fechar tudo e agora está dizendo que o objetivo era gerar medo na população? A Esquerda gosta de causar medo nas pessoas e depois usar o medo delas para impor seus interesses.

Viva o meio ambiente!

Viva o agricultor! Ele é o ser humano que preserva a humanidade, porque é quem produz alimentos e riqueza e preserva a natureza. Mudanças climáticas haverá sempre, porque é da natureza, mas nós temos que investigar para saber se não há mudanças climáticas mecânicas, por interesses internacionais de organismos como a Organização Mundial da Saúde e a Organização das



Nações Unidas. Eu desconfio que eles promovem essas catástrofes para gerar medo na população.

Obrigado.

Documento 6/15

109.2024	Sessão Ordinária - CD	05/06/2024-19:12
Publ.: DCD - 06/06/2024	Marcel van Hattem-NOVO -RS	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, por não receber o Governador do Rio Grande do Sul, ressaltando a urgência em manter empregos no Estado, devastado por enchentes. Alertou sobre a iminência de demissões caso não seja editada imediatamente uma medida provisória para garantir o pagamento de salários pelas empresas, como ocorreu durante a pandemia da Covid-19. Por fim, apelou ao Ministro do Trabalho e ao Presidente Lula para agirem em prol da preservação de empregos no Estado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero lamentar que Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, ainda esteja presente aqui em Brasília e, até este momento, não tenha sido recebido pelo Ministro do Trabalho — que eu chamo já de "Ministro do Desemprego" —, Luiz Marinho, para tratar do tema mais emergencial que o Rio Grande do Sul pode ter na área privada, Deputado Afonso Hamm, que é a manutenção dos empregos.

A folha vence na sexta-feira. O Deputado Pompeo de Mattos estava falando disso há pouco. Os empresários têm que pagar os salários dos seus colaboradores. Se o Governo não editar uma medida provisória, como foi feito durante a pandemia, segunda-feira, vai haver demissão.

Sabem qual é a escolha que o Governo Lula, com o Ministro Luiz Marinho, tem a fazer? Ou edita uma medida provisória hoje ou, no máximo, amanhã, para garantir o pagamento dos salários e impedir desemprego, ou, na semana que vem, a Câmara e o Senado vão ter de propor e aprovar, a toque de caixa, um projeto de lei nos moldes daquele da pandemia, já com milhares de desempregados no Rio Grande do Sul. Ou se faz agora, nesta semana, para evitar o desemprego — e o Governo Lula pode fazer isso, porque a medida provisória está pronta, é só assinar; é igualzinho ao que se fez na pandemia, Deputada Any Ortiz — ou, na semana que vem, a Câmara e o Senado vão



fazer, mas infelizmente já com milhares de desempregados no Rio Grande do Sul.

Eu faço um apelo ao Ministro Luiz Marinho e um apelo ao Presidente Lula. Como pode o Governador do Estado estar aqui, ser recebido pelos Chefes do Poder Legislativo, o Deputado Arthur Lira e o Senador Rodrigo Pacheco, os dois demonstrarem sensibilidade com o caso, e o Ministro do Trabalho, que, na verdade, me parece ser o Ministro do desemprego, não receber o Governador do Estado que está em calamidade, debaixo d'água?

Registro meu repúdio ao Ministro Luiz Marinho!

Ministro Luiz Marinho, preserve os empregos no Rio Grande do Sul, assine uma medida provisória. Na semana que vem, nós vamos fazê-lo. Nós não conseguimos mais nessa semana por questões regimentais. Só que o faremos, infelizmente, com milhares de gaúchos no olho da rua por mais uma irresponsabilidade do Governo Lula e, nesse caso específico, do "ministério do desemprego" de Luiz Marinho.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 7/15

111.2024	Sessão Ordinária - CD	11/06/2024-15:36
Publ.: DCD - 12/06/2024 -	Giovani Cherini-PL -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo atual, destacando diversos episódios controversos, como o leilão de arroz que acabou em escândalo de corrupção, a Medida Provisória que aumentaria PIS/COFINS sobre exportações e a crítica à COP 30. Acusou, ainda, o Governo de ter promovido políticas de lockdown durante a pandemia de COVID-19 com base em supostas mentiras científicas. Além disso, defendeu o setor agropecuário brasileiro, criticando a narrativa negativa sobre o agronegócio e rejeitando a Agenda 2030 como uma imposição externa que não deveria ser aceita pelo Brasil. Por fim, defendeu a necessidade de segurança jurídica e respeito ao trabalho no País, comparando o atual cenário político com os eventos que levaram ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos diante do Governo mais trapalhão da história do Brasil.



Primeiro, faz leilão de arroz, sendo que não precisamos de arroz, e isso virou um escândalo. Aliás, os escândalos estão em todos os lugares — estão nos Correios, estão na PETROBRAS, estão nessa COP 30, que para mim não deveria existir.

Emitiu uma medida provisória para aumentar PIS e COFINS sobre as exportações, a chamada MP do Fim do Mundo.

Diz-se que o Governo vai retirar essa Medida Provisória nº 1.227, de 2024. E agora cancelou o leilão do arroz, porque foi vergonhoso, foi exagerado o nível de corrupção que aconteceu nesse leilão.

Infelizmente, é, de fato, um Governo trapalhão.

E o pior de tudo — eu sempre digo que pessoas inteligentes têm dúvidas, pessoas ignorantes têm certeza — é que eles tinham certeza durante a COVID que as pessoas, pela ciência, deviam usar máscara, deviam se vacinar, deviam fazer *lockdown*. Quebraram a população, quebraram os negócios no Brasil. Hoje, tudo caiu por terra. Foi tudo uma mentira. Inclusive, a mesma pessoa que fez a ciência do *lockdown*, Anthony Fauci, disse que era para gerar medo na população.

E, agora, estão fazendo a mesma coisa com o agro brasileiro. Quem criou o agro *business* no Brasil? EMBRAPA, em 1973, mostrando que a rede da agricultura era muito importante, seja o pequeno, seja o grande, seja todo o agricultor. No entanto, infelizmente, a Esquerda faz o seguinte: cria uma narrativa de que agro é aquele que polui, aquele que usa veneno, aquele que grila terra, aquele que desrespeita as pessoas. Agro é uma rede no Brasil que sustenta o mundo.

E, agora, inventaram a Agenda 2030, essa agenda mentirosa que não devia existir no Brasil. Aliás, temos que dizer não à Agenda 2030. Essa agenda vem para eles dizerem o que nós temos que fazer. O Brasil preserva 40% de toda a sua natureza. Eles, Macron... Aliás, o que é bom para o Macron é ruim para o Brasil.

Que bom que a Europa venceu a Direita! Esse é o caminho que vai acontecer em 2026 aqui no Brasil, porque não dá para viver numa insegurança jurídica. Hoje, eu ouvi na FPA, a CNI. Ouvimos a federação da indústria, do comércio do Brasil dizerem como é que o empresário no Brasil vai viver com uma insegurança jurídica dessas. Milhões de desempregos estão indo embora. Ninguém quer investir no Brasil. Nós não podemos mais viver nisso.

Por isso, o caminho está sendo igual ao caminho que foi da Dilma. Eu, aqui, nesta tribuna, disse sim ao *impeachment*. Esse vai ser o caminho.

Não à Agenda 2030 e não a este Governo, que dá prejuízo, que apodrece tudo onde bota a mão. Nós precisamos, sim, de um Governo que tenha segurança



jurídica e respeite quem trabalha neste País.

Muito obrigado.

Documento 8/15

111.2024	Sessão Ordinária - CD	11/06/2024-19:48
Publ.: DCD - 12/06/2024 -	Bibo Nunes-PL -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou em seu discurso a falta de atenção que o Governo Federal tem dado ao povo gaúcho, especialmente após a tragédia vivida recentemente. Ele comentou sobre os 291 milhões de reais prometidos pelo Governo, relacionados ao período da pandemia de COVID-19, que supostamente deveriam ser recebidos em forma de tarifa. No entanto, sublinhou que, até o momento, esse recurso não chegou ao Rio Grande do Sul. Assim, obras como a reforma do aeroporto, que poderiam estar em andamento, estão paradas devido à ausência desse financiamento.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente.

Quero colaborar com o Deputado Pompeo, que falou dos 291 milhões de reais, recurso que tem a ver com o tempo da pandemia da COVID. Disse que estão recebendo-o em forma de tarifa. Poderiam receber em dinheiro, é lógico, como falou o Deputado Pompeo. Só que até hoje, nobre Deputado Pompeo, não chegou nada, o que me leva a crer que esse recurso não vai chegar.

O povo gaúcho, que vive uma tragédia, não está recendo a atenção que merece. O Deputado Pompeo falou corretamente dos 291 milhões de reais, mas nada chegou lá. O aeroporto já poderia estar sendo arrumado, mas não existe esse recurso.

Então, quero deixar bem claro que até o momento não recebemos nada — zero!

Documento 9/15

114.2024	Sessão Ordinária - CD	12/06/2024-16:28
Publ.: DCD - 13/06/2024 -	Otoni de Paula-MDB -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM



Sumário

O Deputado criticou o Supremo Tribunal Federal e o Ministro Edson Fachin, acusando-os de prejudicar a segurança pública no Rio de Janeiro ao restringir operações policiais nas comunidades durante a pandemia. Ele destacou a gravidade da situação no Estado, com áreas dominadas pelo narcotráfico, vias interditadas pelo crime e a recente morte de um policial do BOPE na comunidade da Maré. Afirmou que tais decisões judiciais contribuíram para o fortalecimento de facções criminosas e retratou o STF como um órgão progressista e esquerdista que vai contra os interesses da população brasileira.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Dois milhões de pessoas vivendo em áreas dominadas pelo narcotráfico, mais de 10 mil homens armados com armas de guerra, as três principais vias da capital interditadas pelo crime, um policial da elite da Polícia Militar do Rio de Janeiro, do BOPE, morto, e o Ministro Edson Fachin resolve enquadrar o Governador do Rio de Janeiro, para questionar uma ação do PSOL, sobre o motivo por que houve ação dentro do Complexo da Maré, o mesmo Ministro Fachin que, ao tomar a errônea decisão de impedir que a Polícia Militar fizesse incursões nas comunidades durante a pandemia, permitiu o surgimento de uma nova facção criminosa no Rio de Janeiro, que é o Estado de Israel. Olha a decisão absurda do Supremo Tribunal Federal: agora não pode mais haver operação da Polícia Militar no Rio de Janeiro, principalmente dentro da Maré.

Nós temos um STF progressista, esquerdista e contra a população brasileira.

Documento 10/15

121.2024	Sessão Ordinária - CD	19/06/2024-14:00
Publ.: DCD - 20/06/2024	Vicentinho-PT -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado anunciou a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores da Economia Informal, destacando a necessidade de proteger um segmento crescente e vulnerável da população que carece de direitos básicos como férias, 13º salário, FGTS e representatividade sindical. Ressaltou a importância de buscar soluções para melhorar as condições de vida desses trabalhadores, que muitas vezes são deixados à margem da sociedade e da economia formal. Mencionou o impacto da pandemia na informalidade,



especialmente em São Bernardo do Campo (SP), onde o número de trabalhadores formalizados caiu drasticamente. Apelou ao Parlamento para colaborar com a Frente e contribuir com ideias para promover a cidadania e melhores condições para os trabalhadores informais.

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Obrigado aos companheiros que têm sido solidários. Estou indo lá correndo porque, de novo, os médicos a colocaram na UTI. Vamos com fé em Deus e na ciência!

(O orador se emociona.)

Sr. Presidente, a minha palavra hoje, e eu espero que tenha controle para fazê-la, é para fazer um anúncio ao nosso Parlamento. Nós acabamos de criar a Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores da Economia Informal. É um segmento dos mais sofridos do Brasil: não tem férias, não tem 13º Salário, não tem Fundo de Garantia, não tem sindicatos, portanto não tem convenções coletivas.

Esse grupo cresce a cada momento. São vendedores de pipoca; vendedores de cabo de celular; entregadores que levam comida em uma bicicleta, em uma moto ou no próprio veículo. Além disso, enfrentam situações de violência, de falta de segurança pública, de periculosidade.

Eu quero agradecer aos Deputados pela assinatura do pedido de criação dessa Frente, que cumprirá esse papel. Devemos buscar a nossa inteligência máxima, a nossa solidariedade, para o Parlamento brasileiro exercer o seu papel e criar mecanismos de proteção a esse segmento, que nem sequer tem direito à aposentadoria.

A Frente é lançada neste momento. Há muita gente na sala do nosso Partido dos Trabalhadores. Contamos com a presença da OIT, de outros organismos e de várias organizações da sociedade civil.

Eu acho que nós temos um papel decisivo na busca desse equilíbrio. O Brasil precisa crescer; a formalidade, também; mas é preciso fazer discussões acerca da melhor vida do nosso povo trabalhador, seja no campo, seja na cidade. A informalidade também está presente no serviço intelectual, no serviço braçal, no comércio. Não é fácil.

Sr. Presidente, para o senhor ter uma ideia, na região do ABC, em São Bernardo do Campo, onde eu moro, antes da pandemia, éramos 365 mil trabalhadores formalizados, com direito, portanto, a tudo que a lei prevê. Esse número caiu para 180 mil. Com uma conta simples, vemos que a maioria já está na economia informal. São Paulo, a Capital, está cheia de moradores e moradoras de rua clamando, pedindo apoio e proteção. Nós precisamos agir.

Ao dar essa informação, eu faço um pedido ao Parlamento brasileiro, para que



ouça essa Frente. Vocês que vão participar, tragam-nos as melhores ideias, para construirmos um caminho rumo à cidadania.

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, colegas.

Documento 11/15

121.2024	Sessão Ordinária - CD	19/06/2024-14:32
Publ.: DCD - 20/06/2024	General Girão-PL -RN	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou as ações do Governo Lula e de seus Ministros, destacando a falta de transparência em um leilão de arroz e lembrando o escândalo de compra de respiradores pelo Consórcio Nordeste em 2020. Pediu ao Ministro da Agricultura para cancelar o leilão e ajudar o Rio Grande do Sul na sua recuperação após as enchentes. Além disso, expressou preocupação com a volta da corrupção e o desmantelamento da Lava-Jato, apelando aos Ministros do Supremo Tribunal Federal para que não anulem as ações dessa operação anticorrupção.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caro colega, gostaria de pedir que a nossa fala tivesse repercussão no programa *A Voz do Brasil*, mesmo sabendo que não será a nossa fala, será um resumo da citação que fazemos. É impressionante, mas um dia nós mudaremos isso.

Eu gostaria de fazer minhas as palavras do Deputado Luiz Lima, quando ele saiu daqui cantando em homenagem a Chico Buarque: "*Uma pirueta, duas piruetas. Bravo, bravo*". É isso.

Nós não sabemos mais onde é que as mentiras ou as balelas faladas pelo Presidente Lula e por seus Ministros vão parar. Nós acabamos de assistir a uma fala, numa audiência pública, do Ministro da Agricultura, que disse que o leilão do arroz sempre foi pensado e que é importante que ele seja mantido. Realmente, é um leilão sem transparência.

Eu fico aqui me lembrando, Deputado Sargento Gonçalves e Deputada Fernanda, do Consórcio Nordeste. Em 2020, fizeram uma compra de respiradores no valor de 50 milhões de reais, e a empresa que ganhou só tinha



feito uma venda até então, e era venda especializada em produtos da maconha. O que é que tem a ver respirador com maconha? Talvez seja, Deputado Paulão, porque é difícil respirar quando se está fumando maconha, mas também parece que não.

Realmente, quanto a essas empresas, sorveteria e tudo mais, que ganharam essa licitação do arroz agora, isso precisa ser investigado. Não houve transparência. Nós lamentamos isso.

As justificativas apresentadas não tinham fundamento. E nós pedimos ao Ministro encarecidamente: *"Ministro, cancele esse leilão. Se o senhor tem responsabilidade com o Brasil, cancele o leilão. E, quando for comprar alguma coisa, compre no Rio Grande do Sul"*. E ele não respondeu se o Ministério e outros Ministros do Governo Lula estão preocupados em ajudar o Rio Grande do Sul a ser reconstruído. As fábricas, principalmente os plantadores, os criadores de animais de lá precisam ser ajudados agora. Já passam mais de 50 dias do ocorrido, e até agora não chegou ajuda. Aliás, chegou lá o Montanha, sendo considerado o 40º Ministro. Essa é a realidade.

Nós também precisamos conversar sobre a volta da corrupção no Brasil, por duas razões. A primeira delas foi essa atrapalhada, na verdade essa piruetada na compra do arroz nesse leilão. Ao mesmo tempo, sabemos que a corrupção está sendo perdoada.

Meus amigos, o Brasil está perdoadando toda a corrupção que aconteceu nos Governos do PT antes do atual Governo. Está tudo perdoado! As denúncias, os acordos de leniência, a devolução de recursos, tudo está sendo perdoado, porque, simplesmente, a Lava-Jato está sendo desmontada, desmantelada por canetadas dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Então, eu peço aos 11 Ministros do Supremo que, por favor, em nome da democracia, em nome do respeito ao povo brasileiro, em nome da nossa imagem perante o mundo, não façam isso com o maior esquema de corrupção já montado no nosso País, não façam isso com a moral do brasileiro. Por favor, desfaçam esses malfeitos da anulação da Lava-Jato.

A anulação da Lava-Jato não pode ser uma realidade. A Lava-Jato foi, sim, a maior operação de combate à corrupção já feita no planeta, e vejam que nós ultrapassamos até as demais operações de combate ao crime organizado realizadas nos Estados Unidos, na Itália e em outros países.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Sumário

O Deputado destacou a recente aprovação pelo Senado Federal do texto do Novo Ensino Médio, enfatizando a importância de uma resposta rápida da Câmara dos Deputados para votar o projeto ainda no primeiro semestre. Ressaltou a preocupação de milhões de jovens que estão estudando sob um modelo que será substituído, destacando isso como um problema significativo para uma geração já impactada pela pandemia de COVID-19. Como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, fez um apelo pela votação ágil do texto, mencionando melhorias como a inclusão da língua espanhola e a integração do ensino profissionalizante nas escolas.

O SR. RAFAEL BRITO (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Eu venho agora do Senado Federal. Mesmo neste momento, em que estamos aqui praticamente só nós, estou muito feliz, porque o Senado acaba de aprovar o texto do Novo Ensino Médio do nosso País.

O Novo Ensino Médio é um grande problema. Neste exato momento, 8 milhões de jovens, no País inteiro, estão estudando em um modelo de ensino médio que eles já sabem que não será mais adotado daqui para a frente. É importante que esta Casa faça um esforço para votarmos isso ainda neste primeiro semestre. Seja o texto do Relator Mendonça Filho, seja o texto da Senadora Professora Dorinha Seabra Rezende, o que as pessoas precisam é de uma resposta.

Eu visito escolas, pois tenho na educação a minha atuação. Em todas as conversas que tenho com professores, em todas as conversas que tenho com alunos, vejo que todos estão preocupados com o tema, Sr. Presidente. Há quem esteja estudando em uma escola, como eu disse, com um modelo que se sabe que não vai continuar. Isso é um problema gigante para uma geração que já foi marcada inclusive pelo apagão da educação durante a pandemia da COVID-19.

Eu faço um apelo em nome da bancada da educação. Tenho muito orgulho de ser, neste momento, o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação no Congresso Nacional. Em nome de toda a bancada, faço um apelo à Mesa para que votemos isso o mais rápido possível, ainda neste primeiro semestre, para que as redes tenham tempo de organizar, à luz da nova lei, do novo Novo Ensino Médio, o que poderão fazer a partir do próximo ano.

Aumentou a formação geral básica, que é uma demanda antiga de professores e alunos; foi incluída a língua espanhola, que também é muito importante, haja vista a posição geográfica do nosso País; e foi criado um prazo para que o ensino profissionalizante e técnico seja colocado em período integral ou



integrado dentro das escolas.

Então, foi um avanço gigantesco para a sociedade brasileira a aprovação, neste momento, nesta hora, no Senado Federal, do Novo Ensino Médio.

Muito obrigado.

Documento 13/15

125.2024	Sessão Ordinária - CD	25/06/2024-19:40
Publ.: DCD - 26/06/2024 -	Erika Kokay-PT -DF	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

A Deputada abordou a decisão do Supremo Tribunal Federal em diferenciar traficantes de usuários de drogas, destacando como essa distinção combate desigualdades sociais. Criticou o negacionismo da realidade, mencionando os incêndios no Pantanal e a disposição do Governo Lula em investir para combatê-los, contrastando com a inação do Governo anterior. Elogiou a redução do desmatamento na Amazônia e denunciou a ocupação do Estado por políticas antiambientais, racistas e antifeministas no Governo anterior. Defendeu a descriminalização do uso de drogas, citando exemplos de países que tiveram sucesso ao tratar o uso abusivo como questão de saúde pública e criticou o conluio com o crime organizado. Mencionou a defesa das milícias pelo ex-Presidente da República e a base parlamentar que apoiou a soltura do Deputado Federal Chiquinho Brazão, acusado de envolvimento no assassinato da Vereadora Marielle Franco. Parabenizou iniciativas para fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial e criticou o Governo anterior por apoiar o retorno dos manicômios. Condenou a desinformação, as fake news e o não reconhecimento dos resultados eleitorais pela Extrema Direita. Citou Cazuza para destacar a discrepância entre ideias e fatos e defendeu a importância de manter o Estado laico para a construção democrática. Por fim, enfatizou a necessidade de enfrentar a realidade, repudiando a hipocrisia, o cinismo e o comportamento desrespeitoso na política.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a decisão do Supremo tem grande importância, porque permite diferenciar de forma muito objetiva o que é um traficante e o que é um usuário, e afasta processos que se espelham na reprodução das desigualdades. No Lago Sul, em Brasília, um portador de 200 gramas de drogas pode ser considerado usuário. Essa mesma quantidade, ou até menor, em um bairro de periferia, pode fazer uma pessoa ser definida como traficante e remetida para o sistema carcerário.



É muito importante que nós vejamos a realidade, porque o negacionismo da realidade — eu já disse isso e repito — mata. E está matando em vários cantos, como matou durante a pandemia da COVID, quando nós vivenciamos, pelo negacionismo da ciência e da realidade, mortes que seriam evitáveis. E veremos esse negacionismo aliado a uma condição de negar o outro, se o outro não for o próprio espelho.

Nós estamos vendo agora os incêndios no Pantanal e a disposição do Governo Lula de investir por volta de 100 milhões de reais para debelá-los. E o que nós vimos no Governo do inelegível, acusado mais uma vez de roubar joias — já é a terceira acusação de afanar joias que não lhe pertencem —, foi um verdadeiro desprezo diante da calamidade que o Pantanal enfrentava. Nós estamos retendo respostas do Governo Federal, as quais, inclusive, pontuam o nível de arrefecimento em relação ao desmatamento na Amazônia.

Nós tivemos, no Governo anterior, um Estado ocupado por aqueles que eram contra a política precípua do órgão. Nós tivemos no Ministério do Meio Ambiente uma política antiambiental; na Fundação Palmares, uma política racista; no Ministério de defesa dos direitos das mulheres, uma política antifeminista. Houve um assédio institucional. As entidades foram capturadas para não exercer a função precípua. Mas o Estado voltou, e voltou para que nós não neguemos a realidade.

Se nós olharmos os países que descriminalizaram o uso de drogas, nós vamos perceber que o consumo entre os adolescentes caiu, a exemplo do Canadá. Na medida em que se estabelece que o uso abusivo de álcool e drogas é política de saúde, não se pode considerar esse uso como política de segurança e isentar a política de saúde. No Uruguai, caiu o consumo por meios ilegais, o que enfraqueceu, inclusive, o crime organizado. E me parece que aqui há um conluio com o crime organizado, porque o nível de política de drogas que nós temos tem feito com que o tráfico continue colocando suas garras no conjunto da sociedade e estabeleça um poder paralelo. Mas isso não me surpreende ao saber que o ex-Presidente da República tem tanto afinco em defender as milícias. Aliás, grande parte de sua base na Câmara foi a favor de soltar Chiquinho Brazão, acusado de conluio com a milícia e do assassinato de Marielle Franco.

Portanto, os dados são absolutamente irrefutáveis: aumenta o nível de conscientização, aumenta o nível de intervenção do Estado para que nós não tenhamos o uso abusivo de drogas. Pensem bem! Nós temos instrumentos como o CAPS. Aliás, quero parabenizar o Deputado Glauber pela realização de uma audiência pública para fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial — RAPS, que são os CAPS-AD. São experiências exitosas, que foram enfraquecidas no Governo anterior, porque o Governo anterior queria a volta dos manicômios ou da lógica manicomial, que muitas vezes se expressa naqueles que dizem que é preciso romper a laicidade do Estado. Romper a laicidade do Estado é romper a possibilidade de construção democrática.

Por isso, é preciso fazer uma discussão com seriedade, não eliminando a



realidade, porque a realidade não desaparece se ela é negada. Ela açoita quem a ignorou. Lembra muito uma música de Cazuza, que diz: "*Tua ideias não correspondem aos fatos. A tua piscina tá cheia de ratos*". Em verdade, nós tivemos a destruição dos fatos em detrimento de ficções. Aliás, nós tivemos aqui Deputados que disseram: "*Qual é o problema da mentira?*" E aqui foi a base bolsonarista de extrema direita que manteve o veto à criminalização e à responsabilização da utilização de *fake news* durante o processo eleitoral, impactando o resultado das eleições.

Aliás, eles ainda não aceitam o resultado das eleições. Seja através da política de boicote ao País feita pelo Banco Central, seja através do que fazem aqui constantemente, eles querem negar o resultado das urnas.

Chega de mentira! Chega de ódio! Chega de comportamentos de motivos absolutos, quando temos um Parlamentar que faz gestos obscenos contra as mulheres que lutam pelos seus direitos, que se cala frente ao tio de Senadora que carrega cocaína ou ao avião presidencial que carrega também drogas. Chega de hipocrisia! Chega de cinismo!

Documento 14/15

125.2024	Sessão Ordinária - CD	25/06/2024-19:49
Publ.: DCD - 26/06/2024 -	Capitão Alberto Neto-PL -AM	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado alertou para o aumento dos casos de síndrome respiratória aguda grave no Brasil, conforme relatório da Fiocruz. Ressaltou a importância das vacinas para idosos e gestantes, e a necessidade de disponibilidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Apelou para aumentar a cobertura vacinal contra influenza e Covid-19 e garantir acesso equitativo às vacinas para proteger as populações mais vulneráveis.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, estamos enfrentando um aumento alarmante nos casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) em nosso país. Conforme relatório



da Fiocruz, divulgado em maio, os casos de SRAG têm crescido significativamente, com 24,3% dos casos positivos para influenza A, 0,4% para influenza B, 58% para vírus sincicial respiratório (VSR) e 7,9% para Sars-CoV-2.

Em termos de óbitos, 46,4% dos casos com exames virais positivos foram atribuídos ao Sars-CoV-2, seguidos pelo influenza A com 24,3%. O aumento de casos relacionados ao VSR é particularmente preocupante, principalmente para crianças menores de dois anos e idosos, que são os mais vulneráveis a desenvolver quadros graves e complicações, como eventos cardiovasculares agudos.

A aprovação de vacinas contra o VSR para idosos, com uma eficácia de 82,6% na prevenção de doenças do trato respiratório inferior e 94,1% na prevenção de quadros graves, e para gestantes, que protege bebês até os seis meses de vida, representa um avanço significativo. No entanto, é lamentável que estas vacinas ainda não estejam disponíveis gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS).

A campanha de vacinação contra a influenza iniciou em março, mas até agora apenas pouco mais de 40% do público-alvo foi vacinado. A cobertura vacinal contra a Covid-19 mostra que 80% da população recebeu pelo menos duas doses, 50% recebeu pelo menos três doses, e 30% recebeu a quarta dose.

É crucial que profissionais de saúde se mantenham atualizados sobre os protocolos de tratamento para SRAG e orientem seus pacientes sobre a importância da vacinação e da busca por atendimento de urgência quando necessário. A vacinação é uma ferramenta essencial para a prevenção de doenças graves e a proteção das nossas populações mais vulneráveis.

Devemos unir esforços para aumentar a cobertura vacinal, garantir o acesso equitativo às vacinas e continuar promovendo a conscientização sobre os cuidados essenciais para a saúde respiratória. Somente assim conseguiremos enfrentar essa crise de saúde pública e proteger nossas crianças e idosos.

Solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no Programa *A Voz do Brasil*.



Publ.: DCD - 27/06/2024 - Professora Luciene Cavalcante-PSOL -SP
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

A Deputada solicitou apoio para o requerimento de inclusão na pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2023, que altera a Lei Complementar nº 173, de 2020, para contagem do tempo de período aquisitivo de anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes, durante período de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), e dá outras providências, defendendo a aprovação do mérito da proposição. Ademais, sustentou a importância de valorizar os servidores públicos que atuaram nas áreas essenciais como saúde, educação e segurança, durante o período mais crítico da história recente do País. Além disso, abriu a coautoria do requerimento para seus colegas, enfatizando a necessidade de justiça para os servidores públicos que tiveram seus direitos adquiridos cerceados pela legislação vigente.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Deputados, Deputadas, público que nos acompanha pela *TV Câmara*, imaginem alguém trabalhar 583 dias e não ter esse tempo reconhecido como de fato trabalhado. Essa situação acontece agora no nosso País, em cima de todos os servidores públicos do nosso País, de todas as carreiras que, durante a pandemia, enfrentaram com coragem o momento mais difícil da nossa história recente, utilizando, inclusive, recursos financeiros próprios para atender à população em todas as suas políticas fundamentais, na educação, na assistência social, no sistema judiciário e na conservação e limpeza das ruas, no sistema funerário, na saúde, na segurança, em todas as suas funções essenciais.

É por isso que eu quero aqui chamar a atenção da Câmara dos Deputados para este requerimento de inclusão na Ordem do Dia que eu estou protocolando. Estou abrindo a coautoria para todos os Deputados e Deputadas que defendem a justiça, a dignidade do trabalho dos servidores públicos, dos serviços públicos, que querem ver essas pessoas que fazem os direitos fundamentais acontecerem para o conjunto da população, para que eles tenham valorização, para que devolvam para suas carreiras os 583 dias que foram roubados pela LC 173/20, que retirou 583 dias da carreira de todos esses servidores.

Cada Deputado e cada Deputada podem assinar como coautores desse requerimento. Nós já temos mais de 30 Deputados que estão assinando junto comigo para que a Mesa Diretora coloque em votação o projeto de lei do descongelamento desses 583 dias. É a pauta mais urgente de todo o serviço público, é o que clama cada professora que está no chão da escola, cada pessoa que está no sistema judiciário trabalhando, garantindo que a justiça chegue a



cada um dos brasileiros, cada pessoa que está no serviço funerário.

Portanto, Presidente, quero aqui fazer um apelo à Mesa Diretora para que coloque na pauta da Ordem do Dia esse projeto, que não é sobre aumento salarial, o que seria muito justo, mas é sobre um tempo de trabalho que esses servidores executaram durante a pandemia e que foi congelado durante a pandemia. Estamos pedindo para que descongelem as suas carreiras. São direitos que já estavam adquiridos, já eram desses servidores.

Então, por favor, vamos fazer justiça. Abro a coautoria também para o Presidente da Câmara, para todos os Deputados, para que possamos fazer justiça a todos os servidores públicos.

Muito obrigada.
